



C-212/13 - 14

Referenční číslo podání	:	DC15937
Číslo souboru	:	1
Autor podání	:	Luís Inez Fernandes (R756)
Datum podání	:	30/07/2013

Zapsáno do rejstříku podání .....  
Soudního dvora pod číslem .....  
V Lucemburku dne .....  
31 -07- 2013  
Fax / E-mail : .....  
Podáno dne : 30-07-13  
Vedoucí kanceláře  
soudního dvora v.z.  
Miroslav Šekšejev  
Rada





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

**Tribunal de Justiça  
da  
União Europeia  
Processo n.º C-212/13 - RYNEŠ**

**OBSERVAÇÕES  
DA  
REPÚBLICA PORTUGUESA**

No pedido de decisão a título prejudicial submetido pelo *Nejvyšší správní soud* (República Checa) sobre a interpretação da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Lisboa, 24 de julho de 2013

Meritíssimos Senhores Presidente e Juízes  
do Tribunal de Justiça da União Europeia

O **Governo português**, representado por Luís Inez Fernandes e Clara Vieira Guerra, na qualidade de agentes, tendo sido notificado do pedido de decisão a título prejudicial submetido pelo *Nejvyšší správní soud* (República Checa), no processo C-212/13, tem a honra de apresentar as suas observações ao abrigo do artigo 23.º do Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

**I – Matéria de facto**

1. Dos elementos transmitidos nos autos, parece depreender-se que, na origem deste processo, está o recurso da sentença que negou provimento ao recurso interposto da decisão do Presidente da Comissão de Proteção de Dados que confirmou a decisão desta Comissão, a qual concluiu que o recorrente tinha violado a Lei relativa à Proteção de Dados Pessoais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

2. Com efeito, o recorrente havia instalado um sistema de câmara numa casa familiar, sendo a razão da sua utilização a proteção de bens, da saúde e da própria vida do recorrente e da sua família. O sistema de câmara gravava a entrada da sua casa, a via pública e a entrada da casa que se situava em frente e permitia a gravação de imagem, que era armazenada num equipamento de gravação em circuito contínuo.

3. Apenas o recorrente tinha acesso direto ao sistema e aos seus dados. A casa da família era usada apenas pelo recorrente e pela sua família. Quanto a outros aspetos e à restante matéria de facto, remete-se para os elementos dos autos transmitidos pelo tribunal nacional no despacho de reenvio.

4. Por conseguinte, coloca-se a questão da aplicabilidade da Lei relativa à Proteção de Dados Pessoais à situação do recorrente, ou seja, se abrange as situações de vigilância do espaço público para efeitos da proteção de bens e da saúde. Em causa está pois a interpretação do n.º 2 do artigo 3.º da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares.

## II – Questões submetidas pelo tribunal de reenvio

5. A fim de decidir o recurso interposto da sentença que negou provimento ao recurso da decisão do Presidente da Comissão de Proteção de Dados, o órgão jurisdicional de reenvio considera pertinente que o Tribunal de Justiça da União Europeia se pronuncie, a título prejudicial, sobre a seguinte questão:

*– A exploração de um sistema de câmara instalado numa casa familiar para proteger os bens, a saúde e a vida dos proprietários dessa casa pode ser qualificada de tratamento de dados pessoais «efetuado por uma pessoa singular no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas» na aceção do artigo 3.º, n.º 2, da Diretiva 95/46/CE, ainda que esse sistema vigie igualmente o espaço público?*



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

### III – Apreciação jurídica

6. Antes de mais, convém referir que a Diretiva 95/46/CE (a seguir “Diretiva”) exclui do seu âmbito de aplicação tratamentos de dados pessoais, efetuados por pessoa singular no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas.
7. Para melhor entendimento do alcance da norma, o Considerando 12 da Diretiva exemplifica, a este respeito, o que pode ser entendido como atividade exclusivamente pessoal ou doméstica: «*correspondência ou livro de endereços*».
8. Embora os exemplos fornecidos não esgotem, de todo, o âmbito das atividades pessoais ou domésticas, eles apontam sem dúvida para uma esfera eminentemente privada e íntima, na qual, mesmo podendo haver lugar ao tratamento de dados pessoais, na aceção da alínea b) do artigo 2.º da Diretiva, não faria sentido aplicarem-se as disposições da Diretiva, na medida em que, ao nível exclusivamente doméstico, não estariam em causa «a proteção das liberdades e dos direitos fundamentais das pessoas singulares», objetivo da Diretiva expresso no seu artigo 1.º, n.º 1.
9. Acresce que podendo, em algumas situações, ser difusa a fronteira entre uma atividade pessoal ou doméstica excluída do âmbito de aplicação da Diretiva ou eventualmente sujeita ao seu regime de obrigações, o legislador comunitário pretendeu claramente restringir o alcance da exceção ao aditar «*exclusivamente*» e evitar assim que, por esta via, ficassem afastados da regulação tratamentos de dados realizados por pessoas singulares, logo podendo ser considerados mais facilmente no exercício de atividades pessoais.
10. Com efeito, os limites do que pode constituir uma atividade exclusivamente pessoal ou doméstica deverão ser traçados, antes de mais, com



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

base na análise sobre se uma determinada atividade afeta as liberdades e os direitos fundamentais de terceiros.

11. Se for esse o caso, dificilmente é defensável que essa atividade fique excluída da aplicação da Diretiva, na medida em que, mesmo quando se admite uma compressão do direito à proteção de dados num balanceamento com a defesa de outros direitos, esse juízo de proporcionalidade deverá estar também suportado nos princípios e disposições da Diretiva, pelo que para tal ela deverá ser aplicável.

12. No caso em apreciação, o funcionamento de um sistema de videovigilância que, embora instalado numa casa particular, abrange a via pública e a propriedade de terceiros, permitindo ao seu proprietário monitorizar as pessoas que circulam livremente na rua e a entrada da casa dos vizinhos, afeta sobremaneira as liberdades e os direitos fundamentais de terceiros, extravasando o exercício de uma atividade exclusivamente pessoal ou doméstica.

13. Não se contesta que o proprietário do sistema tenha um objetivo de proteção pessoal e familiar, em particular na sequência de anteriores atos criminosos de que foi vítima. No entanto, este propósito pessoal e legítimo que pretende alcançar com a instalação de uma câmara de videovigilância não deve ser confundido com o exercício de uma atividade exclusivamente pessoal ou doméstica.

14. Apesar de o fim último das imagens ser a possibilidade de as utilizar como meio de prova em processo penal, como veio a acontecer – o que pode ser também interpretado como ultrapassando a esfera pessoal ou doméstica na aceção da Diretiva –, poderia admitir-se o seu enquadramento na exclusão da aplicação da Diretiva se o sistema de videovigilância apenas abrangesse a sua propriedade privada, captando terceiros apenas na medida em que estes transpusessem os seus limites.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

15. Ao instalar um sistema de videovigilância que não se confina apenas ao perímetro da sua propriedade, mas capta igualmente imagens da propriedade de terceiros e a via pública, o responsável por esse tratamento de dados pessoais excede o seu domínio privado e doméstico para se intrometer na esfera de privacidade de outros.

16. Um tratamento de dados pessoais, através de videovigilância, é intrinsecamente intrusivo, pela natureza da informação que permite recolher. Na verdade, a gravação de imagens de pessoas é muito reveladora do seu comportamento, dos seus movimentos, dos seus hábitos, das suas companhias, em particular se atendermos ao espaço circunscrito de uma rua e ao universo relativamente pequeno de pessoas que nela circulam.

17. Além disso, instalar uma câmara que capta permanentemente imagens da entrada da casa de um vizinho configura uma atividade extremamente abusiva e lesiva dos direitos e liberdades de terceiros.

18. Mas mesmo num contexto em que se equacionasse a preponderância de zelar pelo direito à segurança, ou até pelo direito à vida, fazendo ceder o direito à privacidade para atingir um bem maior, certo é que um sistema de videovigilância não é impeditivo, por si só, da ocorrência do crime. Se a existência de uma câmara não bastar como efeito dissuasor, as imagens de videovigilância apenas poderão ser úteis numa futura identificação do perpetrador, já após o cometimento do crime, logo não o evitando. Por conseguinte, sacrificar-se-ia um direito fundamental sem conseguir garantir o outro direito, pela utilização de um meio insuficiente para atingir o fim em vista.

19. Por outro lado, cabe referir que a manutenção da ordem pública e a prevenção e investigação criminal competem às autoridades autorizadas, que para o efeito gozam de prerrogativas específicas no cumprimento das suas





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

atribuições, devidamente ponderadas por lei, e não aos cidadãos individualmente, aos quais não lhes é reconhecido o direito de, por iniciativa própria, comprimir em tão grande medida os direitos fundamentais de terceiros.

20. Em conclusão, a videovigilância do espaço público realizada por um cidadão particular, através da instalação de uma câmara para proteção da sua propriedade privada, não se enquadra no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas, na aceção da Diretiva, na medida em que extravasa o foro privado de atuação por contender de forma manifesta e excessiva com os direitos e liberdades de terceiros.

#### IV – Conclusão

21. De quanto precede e pelos fundamentos expostos, o Governo português propõe que o Tribunal de Justiça se digne responder no seguinte sentido às questões submetidas pelo *Nejvyšší správní soud* (República Checa):

*O artigo 3.º, n.º 2, da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, deve ser interpretado no sentido de que a exploração de um sistema de câmara instalado numa casa familiar para proteger os bens, a saúde e a vida dos proprietários dessa casa, em que o sistema vigia igualmente o espaço público, como sucede na situação descrita nos autos, é considerada como tratamento de dados pessoais, mas que não pode ser qualificado como «efetuado por uma pessoa singular no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas» na aceção do artigo 3.º, n.º 2, da Diretiva 95/46/CE.*



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Os Agentes da República Portuguesa

Luís Inez Fernandes

Clara Vieira Guerra

Luís Inez  
Fernandes

Assinado de forma digital por Luís Inez  
Fernandes  
DN: c=PT, o=Ministério dos Negócios  
Estrangeiros, ou=Direção-Geral dos Assuntos  
Europeus, cn=Luís Inez Fernandes  
Dados: 2013.07.30 11:58:46 +01'00'

## Vyjádření Portugalska

Věc C-212/13\*

**Písemnost předložená:**

Portugalskou republikou

**Název věci:**

RYNEŠ

**Datum doručení:**

30. července 2013

---

**Vyjádření Portugalské republiky**

v rámci žádosti Nejvyššího správního soudu (Česká republika) o rozhodnutí o předběžné otázce týkající se výkladu směrnice Evropského parlamentu a Rady 95/46/ES ze dne 24. října 1995 o ochraně fyzických osob v souvislosti se zpracováním osobních údajů a o volném pohybu těchto údajů (dále jen „směrnice 95/46/ES“)

[omissis]

**I – Skutkový stav**

1 Ze spisu podle všeho vyplývá, že původem věci je opravný prostředek proti rozsudku, kterým byla zamítnuta žaloba podaná proti rozhodnutí předsedy Úřadu pro ochranu osobních údajů potvrzujícímu rozhodnutí uvedeného Úřadu, podle něhož žalobce porušil zákon o ochraně osobních údajů.

2 Žalobce nainstaloval na rodinný dům kamerový systém za účelem ochrany majetku, zdraví a života svého a své rodiny. Kamera snímala vstup do domu žalobce, veřejnou ulici a vstup do protějšího domu a umožňovala obrazový záznam, který byl ukládán do nahrávacího zařízení formou nekonečné smyčky.

3 K systému a jeho datům měl přímý přístup jen žalobce. Rodinný dům užíval pouze žalobce a jeho rodina. Pokud jde o ostatní skutkové okolnosti a aspekty, odkazujeme na skutečnosti ve spise sdělené vnitrostátním soudem v předkládacím usnesení.

\* Jednací jazyk: čeština.

4 Vystává tedy otázka použitelnosti zákona o ochraně osobních údajů na situaci žalobce, to znamená otázka, zda se tento zákon vztahuje na případy sledování veřejného prostranství za účelem ochrany majetku a zdraví. V projednávané věci tedy jde o výklad čl. 3 odst. 2 směrnice 95/46/ES.

## II – Otázky předkládajícího soudu

5 Předkládající soud má za to, že pro účely rozhodnutí o kasační stížnosti podané proti rozsudku, kterým byla zamítnuta žaloba proti rozhodnutí předsedy Úřadu pro ochranu osobních údajů, je relevantní, aby Soudní dvůr rozhodl o následující předběžné otázce:

*Lze provozování kamerového systému umístěného na rodinném domě za účelem ochrany majetku, zdraví a života majitelů domu podřadit pod zpracování osobních údajů „prováděné fyzickou osobou pro výkon výlučně osobních či domácích činností“ ve smyslu čl. 3 odst. 2 směrnice 95/46/ES, třebaže takovýto systém zabírá též veřejné prostranství?*

## III – Právní posouzení

6 Nejprve je třeba uvést, že směrnice 95/46/ES ze své působnosti vylučuje zpracování osobních údajů prováděné fyzickou osobou pro výkon výlučně osobních či domácích činností.

7 Za účelem lepšího pochopení dosahu této normy uvádí bod 12 odůvodnění směrnice příklad toho, co lze považovat za výlučně osobní či domácí činnost: „*korespondence nebo vedení adresáře*“.

8 Třebaže tyto příklady nejsou, co se týče oblasti osobních či domácích činností, nijak vyčerpávající, ukazují jednoznačně na sféru nanejvýš soukromou a intimní, na kterou, i když v ní může docházet ke zpracování osobních údajů ve smyslu čl. 2 písm. b) směrnice 95/46/ES, by bylo absurdní uplatňovat ustanovení uvedené směrnice, jelikož na výlučně domácí úrovni není dotčena „ochrana základních práv a svobod fyzických osob“, která podle čl. 1 odst. 1 směrnice představuje její cíl.

9 Nadto vzhledem k tomu, že v některých případech může být hranice mezi osobní či domácí činností vyloučenou z působnosti směrnice 95/46/ES a takovou činností případně podléhající povinností podle této směrnice nejasná, zákonodárce chtěl jasně omezit rozsah výjimky prostřednictvím použití příslovce „*výlučně*“ a zabránit tak tomu, aby se zpracování údajů prováděné fyzickými osobami vymklo právní úpravě, neboť o takovém zpracování lze spíše mít za to, že spadá pod výkon osobních činností.

10 Hranice toho, co může představovat výlučně osobní či domácí činnost, musí být vytyčeny především na základě analýzy otázky, zda se určitá činnost dotýká základních svobod a práv třetích osob.

11 Pokud tomu tak je, je stěží obhajitelné, aby tato činnost byla vyloučena z působnosti směrnice 95/46/ES, jelikož i když připustíme omezení práva na ochranu údajů v rámci vyvážení s ochranou jiných práv, toto posouzení přiměřenosti musí být rovněž založeno na zásadách a ustanoveních uvedené směrnice, takže tato směrnice musí být k tomuto účelu použitelná.

12 V daném případě fungování systému kamerového dohledu, který, ačkoliv je instalován v soukromém domě, zabírá veřejnou ulici a majetek třetí osoby a umožňuje tak svému majiteli sledovat osoby, které se volně pohybují po ulici, jakož i vstup do sousedního domu, zasahuje výrazným způsobem do svobod a práv třetích osob a jde nad rámec výkonu výlučně osobní či domácí činnosti.

13 Je nesporné, že majitel systému sleduje cíl osobní ochrany a ochrany své rodiny, zejména v návaznosti na dřívější delikty, jichž byl obětí. Tento osobní a legitimní cíl, který majitel sleduje instalací kamery určené k dohledu, však nelze směřovat s výkonem výlučně osobní či domácí činnosti.

14 Třebaže konečným cílem obrazového záznamu je možnost využít jej coby důkazní prostředek v rámci trestního řízení, jak se také stalo (což lze rovněž vyložit tak, že to jde nad rámec osobní či domácí sféry ve smyslu směrnice 95/46/ES), vyloučení použití směrnice 95/46/ES lze připustit, pokud je systém kamerového dohledu omezen pouze na soukromé vlastnictví a zachycuje třetí osoby pouze tehdy, pokud hranice uvedeného vlastnictví překročí.

15 Instalováním systému kamerového dohledu, který se neomezuje na obvod majetku ve vlastnictví správce, ale zachycuje rovněž obrazové záznamy majetku ve vlastnictví třetích osob a veřejnou ulici, správce těchto údajů vystupuje ze své soukromé a domácí sféry a zasahuje do soukromé sféry třetích osob.

16 Zpracovávání osobních údajů prostřednictvím kamerového dohledu představuje nutně značný zásah vzhledem k povaze informací, které umožňuje shromažďovat. Shromažďování obrazových záznamů osob totiž prozrazuje hodně o jejich chování, pohybu, zvycích, okolí; zejména v rámci omezeného prostoru jedné ulice a mikrokosmu osob, které se tam pohybují.

17 Kromě toho instalace kamery, která nepřetržitě snímá vstup do sousedního domu, představuje obzvláště zneužívající činnost, která poškozují práva a svobody třetích osob.

18 Nicméně i kdyby ochrana práva na bezpečnost, nebo dokonce práva na život, měla převážet nad právem na soukromý život, aby tak bylo dosaženo důležitějšího zájmu, je zjevné, že systém kamerového dohledu sám o sobě spáchání protiprávního jednání nezabrání. Pokud přítomnost kamery nemá dostatečný odrazující účinek, obrazové záznamy mohou být užitečné pouze pro budoucí identifikaci pachatele protiprávního jednání po jeho spáchání, a tomuto jednání tedy nezabrání. Bylo by tedy obětováno základní právo, aniž by bylo

zaručeno jiné právo, a to z důvodu použití prostředku nedostatečného k dosažení sledovaného cíle.

19 Kromě toho je třeba poukázat na skutečnost, že zachovávání veřejného pořádku, jakož i prevence a vyšetřování v trestních věcech jsou záležitostmi oprávněných orgánů (které mají za tímto účelem při výkonu svých pravomocí specifické výsady, řádně vymezené zákonem), a nikoliv jednotlivých občanů, kterým nepřísluší právo omezovat z vlastní iniciativy základní práva třetích osob takto výrazným způsobem.

20 Shrnutο, kamerový dohled nad veřejným prostorem prováděný konkrétním občanem prostřednictvím kamery určené k ochraně jeho soukromého vlastnictví nespadá pod výkon výlučně osobních či domácích činností ve smyslu směrnice 95/46/ES v rozsahu, v němž překračuje rámec soukromé sféry, jelikož zjevně a nepřiměřeně zasahuje do práv a svobod třetích osob.

#### **IV- Závěr**

21 S ohledem na výše uvedené a na předložené důvody navrhuje portugalská vláda, aby Soudní dvůr odpověděl na otázku Nejvyššího správního soudu (Česká republika) takto:

*Článek 3 odst. 2 směrnice 95/46/ES musí být vykládán v tom smyslu, že provozování kamerového systému umístěného na rodinném domě za účelem ochrany majetku, zdraví a života majitelů domu, přičemž tento systém, jako ve věci v původním řízení, zabírá též veřejné prostranství, představuje zpracování osobních údajů, o němž nelze mít za to, že je „prováděné fyzickou osobou pro výkon výlučně osobních či domácích činností“ ve smyslu čl. 3 odst. 2 směrnice 95/46/ES.*

[omissis]